

OS IMPACTOS DO PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA” NA CIDADE PONTA DE PEDRAS-PARÁ

Tatiana da Silva Prado¹, Sandra Maria Fonseca da Costa²

¹ Universidade do Vale do Paraíba, Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – São José dos Campos – tatipradouba@gmail.com¹, sandra@univap.br²

Resumo - O Programa Minha Casa Minha Vida tem despertado o interesse, desde o início de sua implantação, para o risco da segregação socioespacial. Alguns pesquisadores apontam impactos da produção desses empreendimentos, principalmente em função da localização, pois o direito à cidade não é garantido, em função do acesso à infraestrutura e aos serviços, os quais são, muitas vezes, inexistente ou precário. Desde a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), a questão habitacional no Brasil sempre foi tratada pelo olhar quantitativo, resumindo-se a números. Nesse sentido, esse artigo tem o objetivo de analisar o processo de pós-ocupação do PMCMV I, localizado na cidade de Ponta de Pedras, Ilha do Marajó, Pará. Para esta análise foram aplicados formulários aos moradores dos Loteamentos do PMCMV I.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida, Habitação, Amazônia, segregação socioespacial.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, planejamento urbano e regional.

Introdução

O Brasil, até 1970, foi considerado um país agrário. No entanto, com a modernização técnica, passou a ser um país urbanizado, com a intensificação do processo de industrialização, após a década de 1950. Segundo Costa et al.(2010), o processo de urbanização brasileira incorporou áreas distantes do centro econômico do país, como o caso da região Amazônica, a partir de atividades que estimulam o conjunto de ações governamentais.

De acordo com Becker (1985), a região Amazônica passou por grandes mudanças no final do século XIX, que foi estimulada pela economia baseada na extração da borracha impulsionando as migrações e o crescimento urbano acelerado, principalmente de Belém e Manaus. Após a decadência da borracha, e com a implantação do Governo Militar, pós 1964, atividades industriais e agropecuárias foram promovidas, foi estimulada a exploração mineral e a Zona Franca de Manaus foi criada. Essas ações transformaram a Amazônia em uma “floresta urbanizada”, após 1980, termo esse criado por Bertha Becker. O processo de urbanização da Amazônia foi significativo. Atualmente, mais de 70% das cidades são predominantemente, de pequeno porte, carentes em termos de infraestrutura básica, ineficientes na geração de recursos econômicos; entretanto, mesmo assim, ainda são consideradas cidades (Becker, 2005). Conforme os dados do censo de 2010, 86% das cidades possuem menos de 50 mil habitantes na Região Amazônica. Ponta de Pedras se insere neste contexto, é uma pequena cidade da Amazônia, tem baixa captação de recursos e é dependente de subsídios do Governo Federal e Programas de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Família.

Essa nova realidade urbana brasileira trouxe inúmeras transformações em relação ao direito de ocupação e uso do solo, pois a posse da terra sempre esteve atrelada aos interesses do capital e do mercado imobiliário, ou dos interesses das elites locais, dificultando o acesso para as classes mais baixas de renda. No Brasil, o déficit habitacional seguiu aumentando devido a uma política habitacional que sempre privilegiou a iniciativa privada. Para tentar amenizar esse problema, em 2009, o Governo Federal lançou o Programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) com o principal objetivo de atender as famílias de rendas mais baixas, com rendimentos entre 3 a 10 salários mínimos.

O Programa Minha Casa Minha Vida, em sua primeira fase, ocorreu de março de 2009 até meados de 2011, a meta estabelecida de um milhão de novas moradias foi alcançada. Na segunda fase do programa que se iniciou em 2011, a meta foi dobrada para mais dois milhões de moradias com o término previsto para o final de 2014 e as faixas menores de renda foram priorizadas

representando 60% das contratações. A fase dois do programa também inseriu-se na urbanização de favelas, produzindo novas moradias e os recursos foram provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o que concedeu mais agilidade para a execução de projetos e para as licitações das obras. Segundo Bonduki (2009, p. 14), “apesar das distorções e lacunas, o Programa “Minha Casa Minha Vida” tem o mérito de colocar a habitação na agenda do país, mas que, no entanto, as metas do programa são baixas por duas razões: a primeira é a unidade pronta, mais ao gosto do setor empresarial, e a segunda as generosas concessões de subsídios”.

No Programa, há a modalidade “Oferta Pública”, a qual se destina à produção habitacional para municípios com população limitada a 50 mil habitantes e funciona por meio de “procedimento de oferta pública de recursos a instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e o Sistema Financeiro da Habitação - SHF” (IPEA, 2002, p.3). As famílias beneficiárias são as que possuem renda de até 1.600 reais, e os recursos contratados são estabelecidos direto com as famílias, e a articulação é realizada entre os municípios e os entes públicos, nas instâncias municipais, Estaduais e Federais.

Ponta de Pedras, assim como os demais municípios com população abaixo de 50 mil habitantes do País, foi inserida ao PMCMV, de acordo com a Portaria Conjunta nº 472, de 18 de novembro de 2009, da Secretaria Nacional de Habitação e da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa portaria define condições específicas para a oferta pública de recursos para a construção de casas populares. Uma vez que foi contemplada pelo Programa “Minha Casa Minha Vida”, com a construção de 120 unidades habitacionais construídas e entregues à população do município. O Primeiro PMCMV da cidade de Ponta de Pedras foi inaugurado em Julho de 2012 e o segundo foi entregue em Junho de 2016. Ambos atingem a mesma faixa de renda familiar.

Considerando essa discussão, essa pesquisa tem como objetivo apresentar um estudo sobre a eficácia do PMCMV na cidade de Ponta de Pedras. Há dois projetos que foram implantados: O PMCMV I e o PMCMV II. Neste artigo, vamos abordar a visão dos moradores, pós-ocupação, do PMCMV I. Também iremos discutir o perfil socioeconômico dos moradores desse loteamento na cidade estuarina do Rio Amazonas, Ponta de Pedras, PA.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com o objetivo de entender o processo de implementação, verificar as condições de vida das famílias beneficiadas pelo programa e a satisfação pós-ocupação. Foram realizadas entrevistas e aplicados formulários aos residentes do loteamento. Foram aplicados 25 formulários (aproximadamente, 35% do total de domicílios), entre os dias 04 de julho de 2016, para avaliar o perfil socioeconômico dos seus moradores, visando compreender o processo de implantação e ocupação das famílias beneficiadas e verificar as condições de habitabilidade das famílias contempladas pelo Programa. A aplicação dos questionários insere-se ao processo H120/CEP/2010), do Comitê de Ética da Universidade do Vale do Paraíba, vinculado ao Projeto “A importância das cidades pequenas na rede urbana da Amazônia: crescimento urbano, relações sociais e políticas públicas”. Os dados coletados referem-se ao tempo de residência no Conjunto Habitacional, renda e benefícios recebidos, fontes de renda, a satisfação em viver no local, os problemas com a moradia e com o lugar. Posteriormente foi realizada a tabulação dos dados em Planilha Excel® e a análise dos dados obtidos. A revisão da literatura orientou toda a execução desta pesquisa que se centrou nos temas: espaço urbano, espaço urbano na Amazônia, políticas de habitação, o Programa Minha Vida Minha Casa.

O Município de Ponta de Pedras

O município de Ponta de Pedras está localizado na região estuarina do Rio Amazonas, na Ilha de Marajó, no Estado do Pará. De acordo com o censo de 2010, a cidade possui uma população de 25.999 habitantes e está a 3h de barco da capital Belém. (figura 1). Segundo Costa et. al (2012a), o município apresenta baixa arrecadação de recursos, e depende dos subsídios do Governo Federal e dos Programas Assistenciais como o Bolsa Família. Atualmente, o açaí movimenta a economia do município que é um dos maiores produtores de açaí do Brasil (COSTA e BRONDÍZIO, 2008), além da criação de búfalos que é uma atividade econômica característica da Ilha do Marajó. A população do

município de Ponta de Pedras trabalha, predominantemente, no setor informal. O trabalho formal concentra-se no emprego público (COSTA *et al.*, 2011).

Figura 1– Localização da área estudo: cidade de Ponta de Pedras Fonte: Costa, et al.(2011a)



Resultados e Discussão - O Programa Minha Casa Minha Vida em Ponta de Pedras

A segregação espacial é uma característica marcante nas cidades, e é consequência do processo de urbanização, onde a discrepância da localização e as condições sociais faz do espaço edificado a expressão material das desigualdades sociais.

Na avaliação de Villaça:

(...) a segregação é a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade. No caso das metrópoles brasileiras, a segregação urbana tem outra característica condizente com nossa desigualdade: o enorme desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres. (...) nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro jamais poderá ser explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias (VILLAÇA, 2012, p. 44).

Para Rufino (2015b, pág.60,67), os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida são construídos distantes do núcleo urbano, onde as terras são mais baratas. As famílias de menor renda ficam sujeitas a viverem em regiões distantes dos centros urbanos, onde não há equipamentos públicos, comércio e principalmente emprego e a mobilidade que fica comprometida por longas distâncias. Diante da contribuição da autora, avalia-se que por causa do privilégio cedido ao setor privado como agente produtor de espaço urbano, essa tendência de segregação socioespacial tem sido executada pelo programa na lógica da escala industrial, almejada pelas grandes empresas e que se sobrepõem às condições locais.

Para Maricato (2009), o Programa “peca” em não interagir com as políticas urbanas e sociais, e desde o BNH, a questão habitacional no Brasil sempre foi tratada pelo olhar quantitativo, resumindo-se a números.

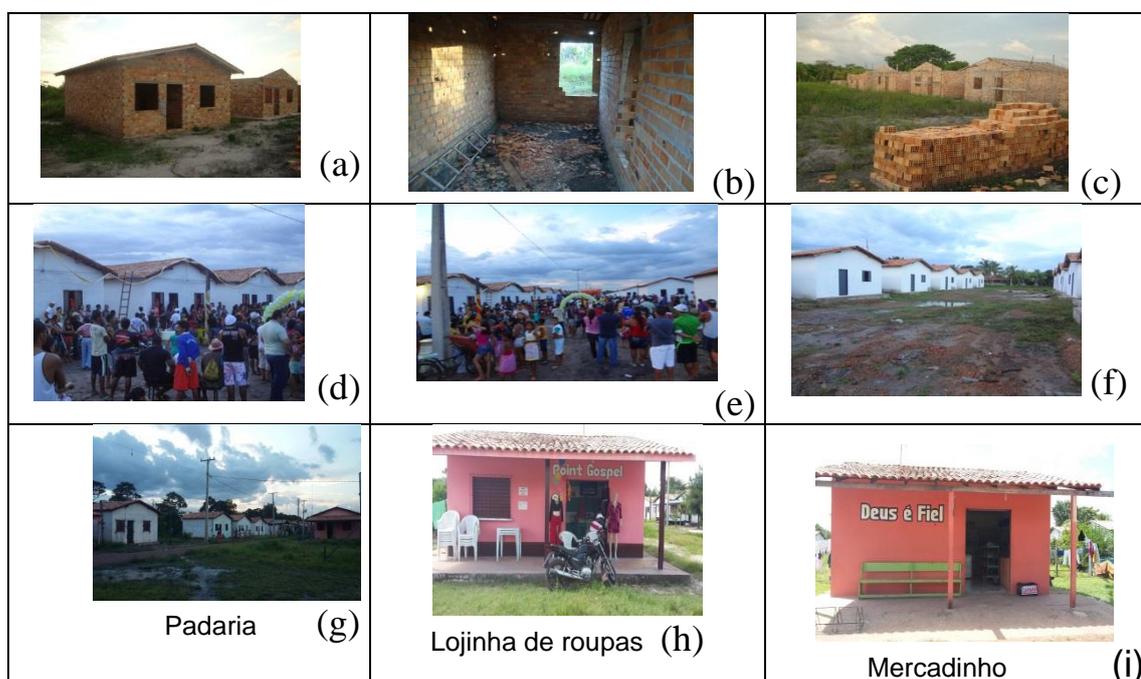
De acordo com Rangel (2011a), o município de Ponta de Pedras, Pará, recebeu a liberação de recursos no valor de 2 milhões de reais para a construção de 120 casas, no ano de 2009. Em reunião Extraordinária, no dia 25/02/2010 no Palácio dos Despachos, em Belém, foi firmado um acordo para a execução das obras, com representantes do poder público municipal, juntamente com representante do Estado do Pará e do Ministério das Cidades, para a execução das obras. O processo de cadastramento das famílias foi realizado pela Secretaria de Assistência Social do município e aproximadamente, 500 famílias, moradoras da área urbana e comunidades ribeirinhas foram inscritas e deste total, 120 famílias foram pré-selecionadas para a contemplação das casas populares.

O local onde foram construídas as moradias do Programa localiza-se a cerca de 8 km de distância do centro da cidade, e o novo bairro passou a ser nominado Vila Pedrolândia. Distancia-se dos dos serviços urbanos, da infraestrutura mínima existente na cidade, reproduzindo um modelo

centro-periferia das grandes cidades, um processo de segregação social, discutido por Amore *et al.* (2015) e Nakano e Rolnik (2009). Este modelo deixou a população do Conjunto Habitacional isolada da cidade e para se deslocar precisam usar os táxis, moto táxis e vans coletivas, pois o transporte público é precário e os ônibus estão em péssimas condições. Muitas pessoas também usam a bicicleta como meio de locomoção, em função do baixo custo do transporte.

O modelo reproduzido pelo PMCMV em Ponta de Pedras é o mesmo de outras periferias de cidades brasileiras. Este modelo potencializa o isolamento das classes mais baixas e põe em evidência a lógica industrial do Programa, segundo a qual os reflexos não são de uma política habitacional, mas de uma política financeira, sem articulação nenhuma com as políticas estabelecidas no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que vem agravando as desigualdades socioespaciais devido à localização dos empreendimentos produzidos pelo Programa. Na figura 2, pode-se observar as diferentes fases do PMCMV, de Ponta de Pedras.

Figura 2- Vila Pedrolândia, em diferentes momentos: no processo de construção, em 2011 (a, b e c); no dia da entrega aos contemplados, em 2012 (d, e, f); e pós-ocupação, em 2016 (g, h, i), moradias que foram adaptadas pelos moradores, tendo sido implantados comércios, atividade essa proibida pelo contrato com a Caixa, mas é a situação atual dos moradores do bairro Vila Pedrolândia.



Fonte: Rangel (2011).

A pesquisa de campo realizada em julho de 2016, nos permitiu observar as transformações ocorridas desde a entrega do Conjunto Habitacional. Diversas casas transformaram-se em estabelecimentos comerciais, como lojinhas de roupas, padaria e pequenos mercados, que são improvisados para abastecer o bairro e para gerar renda. Segundo Rolnik (2015, p. 314), “O PMCMV não impacta a segregação urbana existente. Pelo contrário, apenas a reforça, produzindo novas manchas urbanas monofuncionais, ou aumentando as zonas guetificadas já existentes”.

A análise do pós-ocupação no conjunto Habitacional Vila Pedrolândia, deixou claro a inadequação às necessidades das famílias, não existe acesso aos serviços públicos, uma creche ainda está em fase inicial de construção, desde a entrega do Loteamento, em 2012.

A satisfação dos moradores em relação ao conjunto Habitacional é baixa (gráfico 1) devido à falta de inserção urbana, baixa infraestrutura do bairro e da situação das habitações. As demandas desses moradores aumentaram significativamente devido ao isolamento e às dificuldades que essa população enfrenta no deslocamento para o trabalho e para atender as necessidades diárias. O bairro está fora do perímetro urbano, o que trouxe muitas dificuldades para essas famílias, pois não

existe disponível acesso aos serviços de transporte público do bairro ao centro da cidade para que essa população tenha acesso aos equipamentos públicos. Por causa da distância, a população tem dificuldade de acesso aos comércios, ao trabalho e principalmente acesso aos serviços de saúde pública. Os gráficos 2,3 e 4 demonstram algumas informações levantadas em campo.

No entorno dos empreendimentos, tem surgido um mercado informal ou improvisado nas moradias como forma de gerar renda, o que é oposto ao sentido do Programa e que está impulsionando novas formas de desigualdades e informalidades na cidade de Ponta de Pedras. A ausência de creche e escola dificulta ainda mais a vida das famílias, pois 84% do chefe de família são mulheres com filhos pequenos. A fonte de renda predominante é o Bolsa família e o trabalho autônomo para 52% do total das famílias entrevistadas. A faixa de renda mensal predominante também é até um salário mínimo, 80% das famílias (gráfico 4). Não existe Posto de saúde no bairro, a infraestrutura do bairro é precária e os moradores relataram que se sentem abandonados pelo Poder público local. É interessante perceber que 60% das famílias sentem que a vida melhorou, muitas viviam de aluguel, e agora tem a casa própria. Porém, 40% se sente insatisfeitos, principalmente pela falta de infraestrutura do bairro e das moradias, visto que somente a casa não melhorou substancialmente a vida dessas famílias. O bairro ainda não possui iluminação pública, as ruas não possuem pavimentação, as residências não estão conectadas à rede de esgoto, predominando o sistema de fossa. Entretanto, vários domicílios apresentam problemas nas fossas, como nos foi mostrado por uma moradora. A fossa da sua casa possuía vazamento que se agrava ainda mais nos dias de chuva, pois o bairro fica todo alagado

Gráfico 3- Problemas construtivos nas moradias.

Gráfico 4- Fonte de renda



Gráfico 1- grau de satisfação com a moradia.

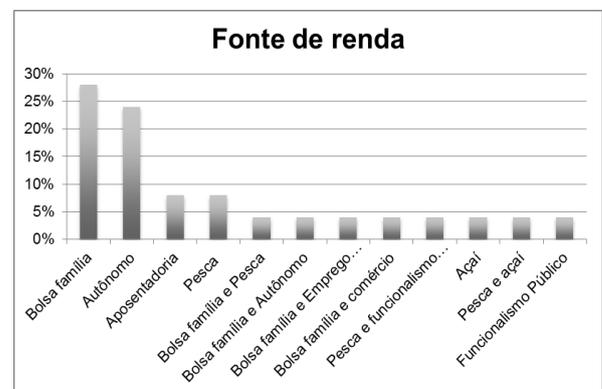


Gráfico 2- Sente que a vida melhorou.



Cerca de 70% dos moradores entrevistados relataram problemas construtivos nas casas, como rachaduras nas paredes, infiltrações e goteiras, problemas de umidade. Estes problemas vão desde a baixa qualidade dos materiais utilizados, até a questão arquitetônica e de infraestrutura.

O padrão original das casas previsto era de 2 quartos, 1 sala com cozinha americana e 1 banheiro. Entretanto, a maioria das famílias receberam as casas inacabadas, sem cozinha, sem



banheiro e somente com um quarto. Outra questão que verificamos foi a venda de casas pelos contemplados. De acordo com a assistente Social da Prefeitura, das 120 casas entregues, cerca de 50 casas estão fechadas no momento, algumas foram vendidas, outras foram emprestadas, ambos os casos são proibidos pelo Programa. A infraestrutura do entorno dos empreendimentos é precária, não existe pavimentação, a água não é encanada, as casas são abastecidas por uma caixa d'água e a coleta de lixo também foi considerada regular pelos moradores sendo realizada apenas é feita duas vezes no mês. Essa situação relatada reforça a avaliação do Ipea (2013,p.46), segundo o qual:

“Por sua vez, conseguimos revelar com forte segurança que o MCMV tem fraca aderência às estratégias de enfrentamento do déficit habitacional, o que o distancia num primeiro momento de uma política habitacional stricto sensu, especialmente de habitação de interesse social.(...) Em um país de dimensões continentais, com profundas desigualdades regionais, sociais, económicas e uma enorme diversidade cultural, o MCMV se expressa como uma empresa fordista na produção em grande escala, cuja imagem predominante, ainda que não a única, são “casinhas” a perder de vista.(...)”.

Conclusão

O Programa Minha Casa Minha Vida, implantado em Ponta de Pedras, está promovendo espaços de vulnerabilidade social, formando ambientes de segregação socioespacial. Após quatro anos, a população ainda enfrenta problemas sérios de precariedade, dificuldades que por conta da localização do Loteamento foram acentuadas pela distância dos serviços públicos e a toda a infraestrutura da cidade e da vivência do espaço público como um direito social e de todos. Ou seja, o direito à cidade.

Fica evidente que o PMCMV tem encarado a questão habitacional apenas de forma paliativa, que visa somente sanar os sintomas, sem tocar nas causas desse problema social brasileiro que vem sendo acentuado por este modelo de Produção. O bairro Vila Pedrolândia, em Ponta de Pedras, é o reflexo do PMCMV, que vem acentuando a segregação e a desigualdade social em todo o país. A análise do pós-ocupação deixou claro que construir casas sem uma política pública de inclusão à cidade, não irá solucionar a questão da moradia no Brasil, principalmente para a classe de baixa renda e de maior vulnerabilidade social, que desta forma vão sendo ainda mais excluídas da cidade e do direito de exercer a cidadania.

Referências

- MARICATO, Ermínia. (2009) Por um enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole**, 21, 33-52.
- ROLNIK, Raquel. (2015) **Guerra dos Lugares - A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças**. Boitempo, São Paulo.
- AMORE, C. S.; Shimbo, L. Z; Rufino, M. B. C. (org.). (2015). **Minha casa ... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros**. Letra Capital, Rio de Janeiro.
- CARDOSO, A. L. (org.). (2013). **O Programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais**. Ed. Letra Capital, Rio de Janeiro.
- VILLAÇA, F. (2012). **Espaço interurbano no Brasil**. Studio Nobel - Fapesp, São Paulo.
- BONDUKI, Nabil. (2009). Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, **Teoria e Debate**, (82), 8-14.
- COSTA, S. M. F. MONTOIA, G.M.; RANGEL, J.A.; LIMA, V.M.; ISSA, P. (2012) Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento Urbano e as Novas Velhas Urbanidades da Pequena Cidade de Ponta de Pedras. **REDES. Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul**, 17(2), 56 – 74.
- KRAUSE, C.; BALBIM, R.; NETO, V.; Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: Onde fica a Política Habitacional? Brasília: Ipea, 2010.
- RANGEL, J. A. “O Programa Minha Casa Minha Vida” e Seus Desdobramentos no Local: Um Estudo da Pequena Cidade de Ponta de Pedras, Pará. (2011). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010.